

# copel

# INFORMAÇÕES

ANO VI · Nº 33 · SETEMBRO/OUTUBRO · 1974

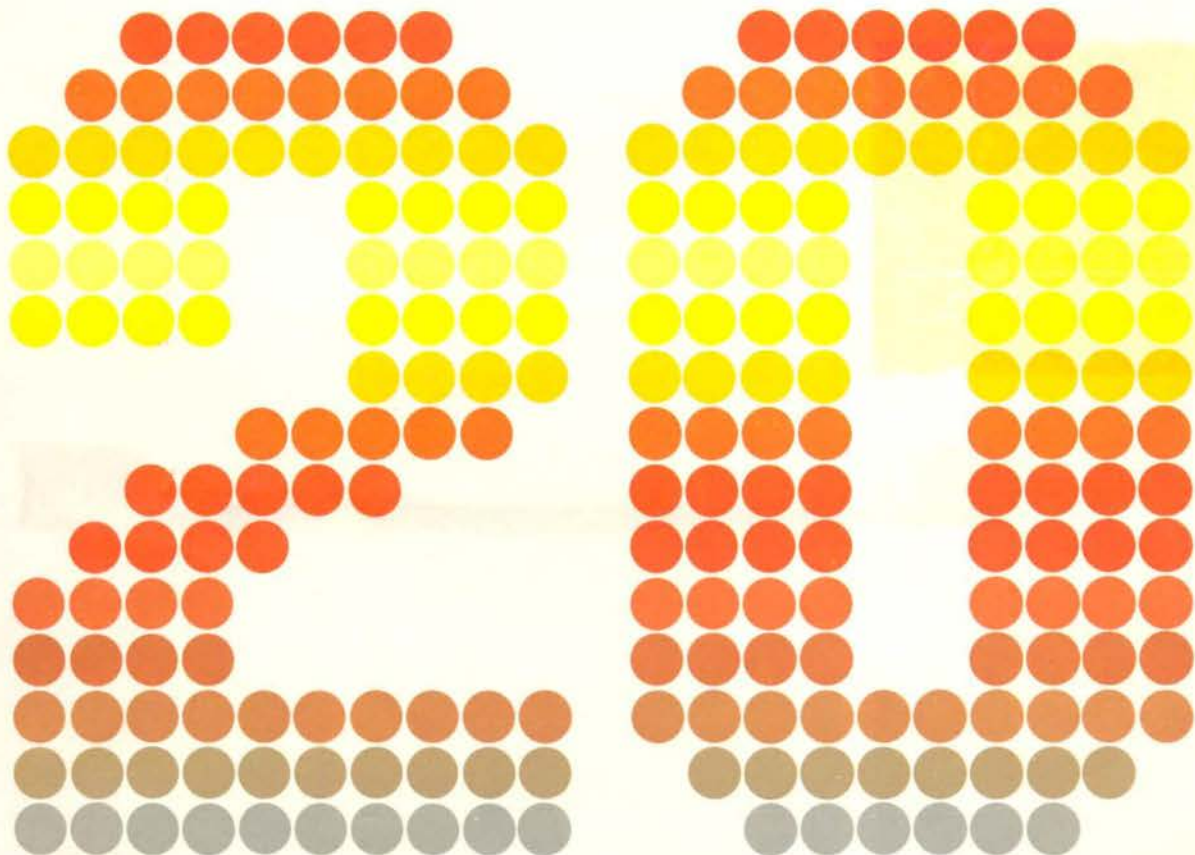
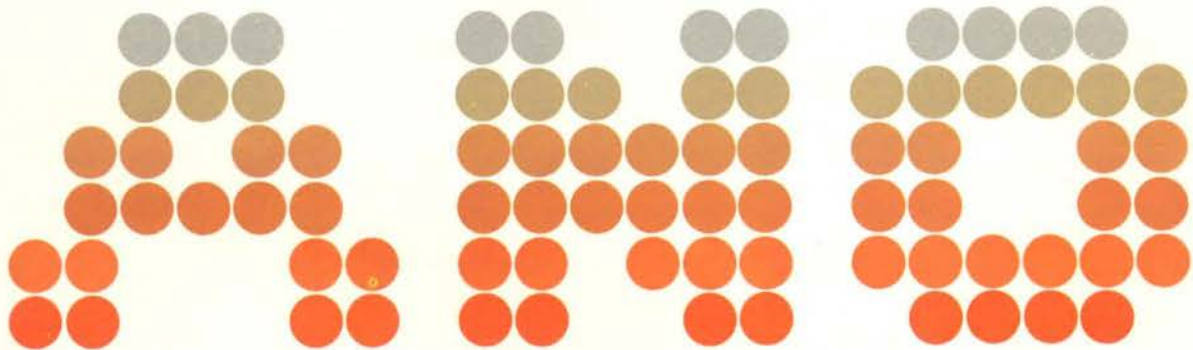


**s homens,  
as decisões  
e os fatos  
que determinaram,  
em vinte anos de trabalho,  
a eletrificação do Paraná.**

COMPANHIA PARANAENSE DE ENERGIA ELÉTRICA



COPEL



Há vinte anos surgia a Companhia Paranaense de Energia Elétrica—COPEL, criada pelo Decreto nº 14.917, de 26 de outubro de 1954, do então governador Bento Munhoz da Rocha Neto (Decreto na íntegra, ao lado).

Segundo esse Decreto, a nova sociedade se destinava a planejar, construir e explorar sistemas de produção, transmissão, transformação, distribuição e comércio de energia elétrica e serviços correlatos, por si ou por sociedade que organizar ou de que vier a participar.

O capital social era estabelecido em 800 mil cruzeiros, do qual 60% no mínimo seriam subscritos pelo Estado do Paraná, com base nos recursos provenientes do Fundo de Eletrificação, criado pela Lei Estadual nº 1.384, de 10 de novembro de 1954.

Seis meses após sua criação, pelo Decreto Federal nº 37.399, de 27 de maio de 1955, do Presidente Café Filho, a COPEL recebeu autorização para funcionar como empresa de energia elétrica, de acordo com as exigências do Código de Águas e leis subsequentes.

GOVERNO DO ESTADO

DECRETO Nº 14.947

**Súmula:** Dispõe sobre a organização de sociedade de economia mista sob a denominação de Companhia Paranaense de Energia Elétrica—COPEL e dá outras providências.

O Governador do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições e na conformidade de autorização constante da lei nº 1.384, de 10 de novembro de 1953,

DECRETA:

Art. 1º - Fica denominada para fins de constituição "Companhia Paranaense de Energia Elétrica", a sociedade destinada a planejar, construir e explorar sistemas de produção, transmissão, transformação, distribuição e comércio de energia elétrica e serviços correlatos, por si ou por sociedades que organizar ou de que vier a participar.

Art. 2º - O Capital da Companhia será de Cr\$ 800.000.000,00 (oitocentos milhões de cruzeiros), do qual até 40% poderão ser representados por ações preferenciais sem direito de voto.

Art. 3º - O Estado subscreverá no mínimo 60% (sessenta por cento) do capital social.

Art. 4º - Na integralização do capital da sociedade o Estado utilizar-se-á dos recursos provenientes do Fundo de Eletrificação, criado pela lei estadual nº 1.384, de 10 de novembro de 1953, podendo também incorporar ao patrimônio da sociedade, no todo ou em parte, os bens móveis e imóveis integrantes das instalações destinadas à produção, transmissão e distribuição de energia elétrica de propriedade do Estado.

Art. 5º - A sociedade reger-se-á pelos estatutos que forem aprovados no ato de sua constituição.

Art. 6º - O Governador nomeará representante seu, para em nome do Estado, praticar todos os atos relativos à constituição da sociedade.

Art. 7º - Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação; revogadas as disposições em contrário.

Curitiba, em 26 de outubro de 1954, 133º da Independência e 68º da República.

(aa) **Bento Munhoz da Rocha Neto**  
Antonio Joaquim de Oliveira Portes

(in "Diário Oficial" do Estado nº 190, de 27 de outubro de 1954 - 1ª página).

DECRETO Nº 37.399 - DE 27 DE MAIO DE 1955

Concede autorização para funcionar como empresa de energia elétrica a Companhia Paranaense de Energia Elétrica—COPEL.

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o artigo 87, inciso I, da Constituição, e tendo em vista o disposto no art. 1º do Decreto-lei nº 938, de 8 de dezembro de 1938, e o que requereu a Companhia Paranaense de Energia Elétrica—COPEL, decreta:

Art. 1º - É concedida à Companhia Paranaense de Energia Elétrica—COPEL com sede em Curitiba, Estado do Paraná, autorização para funcionar como empresa de energia elétrica, de acordo com o Decreto-lei nº 938, de 8 de dezembro de 1938, combinado com o Decreto-lei nº 2.627, de 26 de setembro de 1940, ficando a mesma obrigada para os seus objetivos, a satisfazer integralmente às exigências do Código de Águas (Decreto nº 24.643, de 10 de julho de 1934), leis subsequentes a seus regulamentos, sob pena de revogação do presente ato.

Art. 2º - O presente Decreto entra em vigor na data da sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 27 de maio de 1955: 134º da Independência e 67º da República.

**JOÃO CAFÉ FILHO**  
Munhoz da Rocha

(in "Diário Oficial" da União nº 128 - ANO XCIV -, de 4 de julho de 1955, 1ª página da Seção I).

Atos do Poder Legislativo

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ

PORTARIA Nº 49

O Diretor Geral da Secretaria da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições e na conformidade com o que dispõe o Regulamento Interno desta Secretaria, tendo em vista o veniente no protocolado sob nº 280-54, RESOLVE:

Art. 1º - O Diretor Geral da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, em 13 de outubro de 1954.

João Café Filho - Diretor Geral, assinado

Atos do Poder Executivo

GOVERNO DO ESTADO

Despachos do Excmo. Sr. Governador do Estado

EM 26 DE OUTUBRO DE 1954:

1728 Centro Cultural de Professores Secundários do Paraná - Aba aviadado -

Arquiteto e engenheiro e arquiteta de

Ilustração, devendo a Cia. de Serv. Pub. pagar em sua ordem.

1721 Superintendência das Empresas Incorporadas ao Patrimônio Nacional -

As Instalações de Tendas para esta

com urgência as bases do acordo pro

posto.

"Decreto de acordo com as informações do D.O.T.C." nos seguintes termos:

1729 Centro Cultural de Professores Secundários do Paraná -

Arquiteto e engenheiro e arquiteta de

Ilustração, devendo a Cia. de Serv. Pub. pagar em sua ordem.

1721 Superintendência das Empresas Incorporadas ao Patrimônio Nacional -

As Instalações de Tendas para esta

com urgência as bases do acordo pro

posto.

"Decreto de acordo com as informações do D.O.T.C." nos seguintes termos:

1729 Centro Cultural de Professores Secundários do Paraná -

Arquiteto e engenheiro e arquiteta de

Ilustração, devendo a Cia. de Serv. Pub. pagar em sua ordem.

1721 Superintendência das Empresas Incorporadas ao Patrimônio Nacional -

As Instalações de Tendas para esta

com urgência as bases do acordo pro

posto.

"Decreto de acordo com as informações do D.O.T.C." nos seguintes termos:

1729 Centro Cultural de Professores Secundários do Paraná -

Arquiteto e engenheiro e arquiteta de

Ilustração, devendo a Cia. de Serv. Pub. pagar em sua ordem.

1721 Superintendência das Empresas Incorporadas ao Patrimônio Nacional -

As Instalações de Tendas para esta

com urgência as bases do acordo pro

posto.

"Decreto de acordo com as informações do D.O.T.C." nos seguintes termos:

1729 Centro Cultural de Professores Secundários do Paraná -

Arquiteto e engenheiro e arquiteta de

Ilustração, devendo a Cia. de Serv. Pub. pagar em sua ordem.

1721 Superintendência das Empresas Incorporadas ao Patrimônio Nacional -

As Instalações de Tendas para esta



A constituição da COPEL está ligada a uma série de fatores políticos, econômicos, administrativos e sociais, que levaram à sua instituição como organismo flexível, capaz de superar os entraves ao desenvolvimento paranaense, que desafiavam o poder público, principalmente na área de energia elétrica.

Partindo do pressuposto de que o Departamento de Águas e Energia Elétrica — D.A.E.E., pré-existente, não podia desincumbir-se satisfatoriamente da tarefa, que exigia uma estrutura empresarial, a alternativa foi a constituição de uma sociedade de economia mista, muito mais flexível para o alcance dos objetivos colimados.

Ela se inspirou em concessionária estadual congêneres de Minas Gerais, CEMIG, cujas experiências bem sucedidas interessaram os técnicos paranaenses do setor, que tinham também o exemplo mais próximo da antiga USELPA, de São Paulo, depois incorporada à CESP.

As hesitações e as debilidades reveladas na ação do Governo Federal representaram um fator que muito pesou na decisão do Estado em se lançar a um programa energético de maior dimensão.

Por outro lado, as principais concessionárias dos serviços de energia elétrica no Paraná (Companhia Força e Luz, Prada de Eletricidade, Empresa Elétrica de Londrina, etc.) eram estrangeiras e particulares, todas com sede fora do Estado, estando com sua capacidade de expansão praticamente esgotada, por desestímulo a novos investimentos, em estado de verdadeiro estrangulamento financeiro como reflexo do semi-congelamento das tarifas. Estas, malgrado a inflação e índices crescentes, eram calculadas tomando por base o custo/valor original dos investimentos, isto é, sem qualquer correção monetária, o que concorria para o desinteresse dos capitais privados em atuar no setor.



Sr. Adolpho de Oliveira Franco

**“O Paraná precisa de indústrias e essa frase é a que se ouve a todo instante”.**

Essa afirmação em entrevista à imprensa no dia 23 de agosto de 1955, do governador da época, Adolpho de Oliveira Franco, foi feita sob o impacto emocional da grande geadada que naquele ano devastou os cafezais paranaenses, causando sérios prejuízos à economia estadual. Traduzindo a preocupação pelos anseios de industrialização do Paraná, o governador Oliveira Franco acrescentava:

“Diante do espetáculo contristador que acaba de vitimar a região mais fértil do Estado, com a destruição de parte ponderável

de nossos cafezais, uma lição pode ser aproveitada, sem quebra de nosso fortalecimento de ânimo: a urgente necessidade que o Paraná tem de se industrializar, ingressando, o quanto antes, em um novo estágio de vida, que só será garantido, por longo prazo, através do suprimento abundante de eletricidade”.

Salientava na mesma entrevista:

“O fim a que se entrega a COPEL não é outro senão o de fornecer elementos para essa nova etapa histórica. Enormes dificuldades, é claro, terão de ser conjuradas para a realização do programa já em curso. O problema que ela tem a resolver não se restringe apenas a construir usinas. Consiste, também, no lançamento de uma vasta rede básica de linhas de transmissão e subestações, de modo a permitir o fornecimento de energia gerada a todos os consumidores nos vários núcleos de industrialização indicados no mapa do Paraná, pela geografia econômica de nossas matérias primas”.

E concluía com as seguintes palavras:

“Torna-se, para isso, indispensável todo o apoio da opinião pública. Impõe-se a criação, entre nós, de uma nova mentalidade que venha colocar em termos exatos e em plano elevado, que se distancie de influências daninhas e derrotistas, a importância fundamental do problema de energia elétrica, como condição relevante para o aproveitamento das riquezas do Estado”.

Essa consciência pública há cerca de vinte anos manifestada, de que com a COPEL o Paraná ingressava numa nova etapa histórica, não excluía o reconhecimento de que enormes dificuldades teriam de ser conjuradas para realização do programa de eletrificação do Estado, exigindo, por isso mesmo, todo o apoio da opinião pública e a criação de uma nova mentalidade, em torno da importância fundamental do problema da energia elétrica.

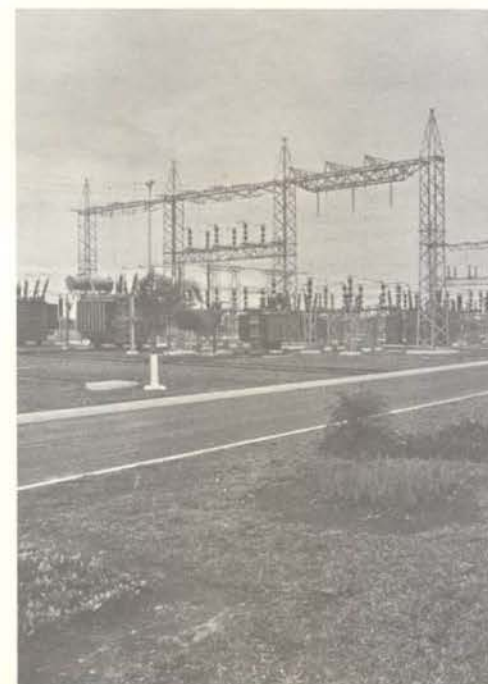
Usina Hidrelétrica de Guaricana.



Construção da linha de transmissão Ponta Grossa—Curitiba.



Subestação de Cascavel.





*Durante entrevista prestada ao "COPEL INFORMAÇÕES" um flagrante histórico: Prof. Themístocles Linhares (à esquerda) e Doutor Heraldo Vidal Correa, respectivamente primeiro Diretor Presidente, e primeiro Diretor Administrativo.*



† Sr. José Lupion



Engenheiro Benjamin de Andrade Mourão



General Alcides Munhoz Júnior



Engenheiro Leão Schulman †



† Engº Pedro Viriato Parigot de Souza



Engenheiro Arturo Andreoli

O Decreto nº 14.917, que criou a COPEL, estabelecia em seu art. 6º que o governador "nomeará representante seu para, em nome do Estado, praticar todos os atos relativos à constituição da sociedade."

Tal indicação recaiu na pessoa do Sr. Themístocles Linhares, professor universitário e então Delegado do Instituto Nacional do Mate no Paraná, que teve no Prof. Pedro Viriato Parigot de Souza e no Dr. Heraldo Vidal Correa seus primeiros companheiros de diretoria, respectivamente como Diretor-Técnico e Diretor-Administrativo, eleitos em 28 de março de 1955.

Permanecendo durante cerca de um ano à frente da empresa, o Sr. Themístocles Linhares colaborou na estruturação da COPEL, traçando-lhe as linhas mestras de funcionamento em conformidade com as diretrizes que nortearam sua criação, inclusive caracterizando sua atuação pela iniciativa do planejamento e definição dos primeiros projetos que o setor exigia. Em princípios de 1956 deu-se a renúncia da primeira diretoria, em decorrência da mudança do governo. Até 1961, houve uma sucessão de diretorias de curta duração, no decorrer da qual passaram pela presidência da empresa os Srs. José Lupion, que renunciou em 28 de janeiro de 1957; Benjamim de Andrade Mourão, com uma interrupção de três meses, durante os quais foi substituído pelo general Alcides Munhoz Junior (período de 17/6/58 a 17/9/58); reeleito para um novo período, o Sr. Benjamim Mourão, entretanto, não concluiu seu mandato, deixando o cargo em 16 de agosto de 1960, que passou a ser exercido pelo Sr. Leão Schulman até o final do triênio, a 10 de fevereiro de 1961.

Nessa data, já no início de um novo governo no Paraná, a Assembléia Geral da empresa elegeu a diretoria que teria como presidente o Prof. Parigot de Souza, o qual retornava à COPEL para uma das mais longas e profícuas gestões destes vinte anos de sua existência.

Com o apoio dado pelo Governo do Estado, a COPEL começou a concentrar seus esforços num programa vigoroso de obras indispensáveis à melhoria do panorama energético do Paraná, para o que muito contribuiu o clima de continuidade administrativa que se assegurou à empresa. O engenheiro Pedro Viriato Parigot de Souza foi reeleito presidente em sucessivas gestões até 3 de julho de 1970, quando deixou o cargo a fim de candidatar-se a Vice-Governador do Estado, para o qual foi eleito a 3 de outubro daquele ano.

Em substituição ao Prof. Parigot de Souza, assumiu a presidência da COPEL o engenheiro Arturo Andreoli, que já era Diretor Técnico na gestão anterior. Reeleito para o triênio 1972/75, o eng. Arturo Andreoli vem mantendo o dinamismo das atividades da empresa paranaense, não só consolidando os trabalhos em andamento como definindo nova estratégia para programas futuros, que requerem o aumento da capacidade geradora e de distribuição de eletricidade em todo o Estado.

Ao completar, neste mês, vinte anos de existência e em consequência da incorporação da Companhia Força e Luz do Paraná, a administração central da COPEL funciona num moderno edifício próprio de treze pavimentos, que domina grande parte do panorama arquitetônico de Curitiba.

Entretanto, quando ocorreu a primeira reunião da diretoria da empresa, a 28 de março de 1955, ela funcionava numa pequena sala da Delegacia do Instituto Nacional do Mate, à rua Marechal Floriano, em prédio que ainda existe, não só pela circunstância de o presidente da COPEL ser também o delegado daquela autarquia no Estado, mas porque os recursos eram escassos para custear uma sede mesmo provisória.

Uma das maiores dificuldades enfrentadas no início, segundo o Sr. Themístocles Linhares, residia na quase absoluta falta de recursos financeiros.

“Na sede do Instituto Nacional do Mate — recorda ele — nós planejávamos algumas medidas, um começo de programa, e só depois de vários meses é que pudemos alugar um conjunto no Edifício José Loureiro, na Rua XV de Novembro”.

Embora a COPEL fosse legalmente contemplada com a Taxa de Eletrificação, destinada a formar os fundos necessários para desenvolvimento de suas atividades, a arrecadação fazia-se englobadamente pelo Estado,



*O Prof. Bento Munhoz da Rocha Neto, intelectual e homem de seu tempo, viveu sempre com intensidade os problemas da gente e da terra paranaenses.*

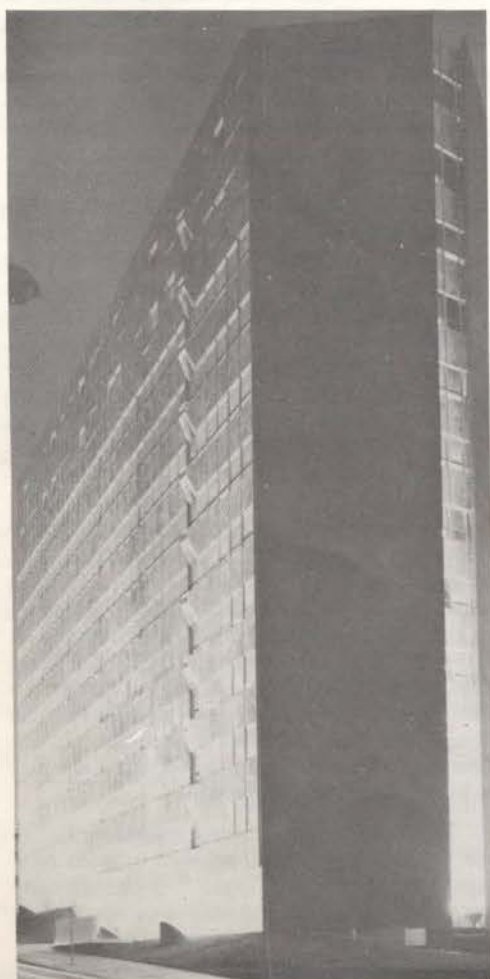
como adicional do antigo Imposto de Vendas e Consignações.

“O problema maior — observou o Sr. Themístocles Linhares — era separar essa Taxa, destinada à COPEL, da arrecadação geral do Estado. E isso levou algum tempo, demandando gestões da Diretoria da empresa junto à Secretaria da Fazenda e ao Tribunal de Contas”. Ele ressaltou também que havia um certo conflito entre a recém-criada COPEL e o antigo Departamento de Águas e Energia Elétrica, porque, a seu ver, “a mentalidade da época não estava ainda bem preparada para a criação de uma sociedade de economia mista como foi a nossa”.

Todas essas dificuldades iniciais, de recursos e até de local para funcionar, talvez expliquem as hesitações dos primeiros dias de existência da COPEL, inclusive para formação de sua primeira diretoria.

Convidado pelo governador Munhoz da Rocha para Diretor Administrativo, o Sr. Heraldo Vidal Correa a princípio recusou, porque, residindo em Ponta Grossa, como alegou, teria dificuldades em transferir-se para Curitiba. O próprio Sr. Themístocles Linhares, indicado para a presidência, inicialmente declinou do convite feito, ponderando que nada entendia de energia elétrica. Mas o governador retrucou:

“Você não precisa entender, porque temos o Diretor Técnico, Prof. Parigot de Souza. Ele sim, precisa e entende do assunto”.



Atual edifício-sede da Companhia, à rua Coronel Dulcício, 800.



*Quando ocorreram as primeiras reuniões da Diretoria da COPEL, ela funcionava provisoriamente na Delegacia do Instituto Nacional do Mate, na Rua Marechal Floriano, em Curitiba.*



*Outro edifício que abrigou as primeiras instalações da Copel (R. XV de Novembro).*

A primeira Ata.

1

Ata da primeira reunião da Diretoria. -

Por vinte e oito dias do mês de março de mil novecentos e cinquenta e cinco, às dez horas, na sede da delegacia do Instituto Nacional do Mate, à rua Manuel Flamant, nº 11, 2º andar, realizou-se a primeira reunião ordinária da Diretoria da Companhia Paranaense de Energia Elétrica Copel, que acabou de ser criada e constituída, nos termos da Ata da Assembleia Geral dos seus acionistas realizada na mesma data, às dez horas, na sede do Departamento de Águas e Energia Elétrica do Estado de Paraná, nesta cidade. Foram discutidos e debatidos todos os assuntos e problemas relacionados com a imediata instalação da Companhia e com as medidas legais e administrativas complementares para o seu funcionamento, tendo sido deliberada a realização de uma reunião conjunta entre os membros da Diretoria e o Excmo. Sr. Governador do Estado, a fim de ser elaborado o plano inicial de trabalhos. E, por fim, foi lavrada a presente ata, por mim subscrita e pelo demais Diretores assinada.

Assinada, - 28 de março de 1955.

Joaquim de Souza  
Presidente

Ata da Segunda Reunião da Diretoria. -

Por trinta dias do mês de abril de mil novecentos e cinquenta e cinco, às quinze horas, na sede da delegacia do Instituto Nacional do Mate, à rua Manuel Flamant, nº 11, 2º andar, realizou-se a segunda reunião ordinária da Diretoria da Companhia Paranaense de Energia Elétrica Copel, a fim de deliberar e resolver sobre os assuntos tratados durante o mês anterior e que se relacionaram com as providências complementares para o funcionamento da Companhia. A Diretoria deliberou agradecer a valiosa colaboração prestada de Dr. Flávio de Oliveira da Silva, na sua qualidade de representante do Governo do

Nas dez primeiras reuniões se pode constatar o esforço de estruturação para dar vida a uma empresa que ainda estava praticamente no papel. Através delas, vai tomando corpo uma série de providências para lhe dar existência real.

Na primeira reunião, realizada a 28 de março de 1955, na sede do Instituto Nacional do Mate, deu-se o primeiro encontro da diretoria escolhida, que nesse mesmo dia, pela manhã, fôra solenemente empossada na sede do Departamento de Águas e Energia Elétrica.

A segunda reunião a 30 de abril, ocorreu ainda na sede do INM, para exame das medidas mais urgentes. Nos dias subsequentes foram realizadas visitas a diretores de órgãos estaduais com vista a adoção de providências relacionadas com as atividades iniciais da empresa.

Durante a terceira reunião, no dia 15 de maio, se tomou conhecimento dos contactos mantidos no Rio de Janeiro pelos diretores Parigot de Souza e Heraldo Correa, que foram pedir o apressamento da autorização federal para o funcionamento da empresa, bem como tratar da participação do Paraná no esquema das Usinas Elétricas do Parana-panema S/A, visando o suprimento de energia ao Norte do Estado.

A quarta reunião, a 16 de junho, teve uma pauta bem mais ampla em matéria de estruturação interna. Tratou-se do aluguel de 12 salas no 8º andar do Edifício José Loureiro, da aquisição de móveis e utensílios e da abertura de uma conta de movimento no Banco do Estado do Paraná, no valor de Cr\$ 200,00 antigos, sendo, na oportunidade, admitidos os primeiros funcionários da COPEL, engenheiros Walfrido Strobel e Herbert Leyser.

No decurso da quinta reunião, a 31 de

maio, além de serem criados três cargos de engenheiros assistentes, um de contador e um de contínuo, a diretoria teve ciência da expedição do Decreto Federal nº 37.399, de 27 do mesmo mês, que autorizava o funcionamento da COPEL como empresa de energia elétrica.

Durante a sexta reunião, a 30 de junho, já na nova sede da empresa, a diretoria tomou conhecimento da publicação no "Diário Oficial" das atas de constituição da Companhia e aprovou a admissão do engenheiro Jorge Monteiro e do contínuo Adir Santana.

Na sétima reunião, a 15 de julho, se tomaram providências visando a regularizar a parte que cabia à COPEL no Fundo Estadual de Eletrificação. Na mesma ocasião se fez análise dos projetos do conjunto Cotia-Capivari-Cachoeira e se recebeu a visita de representantes da Franco Bel para tratar do projeto da Usina Termelétrica de Figueira. Ainda nessa reunião se deu o segundo depósito na conta de movimento da COPEL, no Banco do Estado, correspondente a Cr\$ 300,00.

Na oitava reunião, efetuada dia 30 de julho, medidas objetivas já se delineavam em decorrência das providências tomadas anteriormente. O Diretor Técnico Pedro Viriato Parigot de Souza expôs o Plano de Obras de Eletrificação, que poderia ser executado com a utilização de fundos estaduais e federais. Comunicou também os resultados de sua presença na reunião da Comissão Interestadual da Bacia Paraná-Uruguai, realizada em São Paulo, quando conseguiu a inclusão da COPEL nas emendas que seriam oferecidas ao projeto de lei federal sobre o Fundo Nacional de Eletrificação. Esta reunião aprovou também as admissões do contador Ary dos Santos e do engenheiro Nelson Luís de Souza Pinto.

Em 16 de agosto, a Diretoria realizou a nona reunião, quando o Diretor Presidente transmitiu a orientação do Governo do Estado para que os serviços do D.A.E.E. fossem transferidos à COPEL e comunicou que o Secretário da Fazenda havia determinado o recolhimento direto às agências do Banco do Estado do Paraná, do produto relativo à arrecadação da Taxa de Eletrificação. Foi firmado o primeiro contrato de prestação de serviços com a empresa "Planejamento, Engenheiros e Economistas Associados", do Rio de Janeiro, para estudos econômicos da projetada Usina de Figueira e das usinas elétricas do Parana-panema. A Diretoria aprovou a contratação da firma "Serviços Aerofotogramétricos Cruzeiro do Sul S/A", para fazer o levantamento da bacia dos rios Capivari-Cachoeira, e a admissão de duas datilógrafas - Maria Fagundes e Mary Therezinha Sheeham.

Finalmente, na décima reunião, dia 31 de agosto, foram analisados os estudos estatísticos sobre a produção e o consumo de energia elétrica no Paraná. Foi aprovada a admissão de mais dois funcionários - Srs. Gaspar Veloso e Otávio de Bittencourt -, bem como a compra dos dois primeiros veículos da COPEL, necessários ao trabalho dos engenheiros no Projeto Capivari-Cachoeira.

Abordado na época sobre as possibilidades da recém-criada Companhia Paranaense de Energia Elétrica, o então Vice-Presidente da Comissão Inter-Estadual da Bacia Paraná-Uruguai e ex-Ministro da Viação, eng. Álvaro de Souza Lima, declarou:

“Confio perfeitamente no êxito da COPEL. Organizações idênticas existem em Minas e São Paulo. Não sendo diferentes os problemas do Paraná, não há dúvida que a organização em apreço terá o mesmo êxito já atingido pelas organizações congêneres, por cujos padrões a COPEL se modelou. O estudo econômico-financeiro sobre o qual a organização da COPEL se baseia está feito com toda a segurança”.

Em depoimento de hoje, o ex-Diretor Administrativo, Heraldo Vidal Correa, hoje diplomado pela ESG, entende que a primeira diretoria da COPEL inaugurou, realmente, a fase de planejamento que iria dotar o Estado de um sistema elétrico interligado, adequado ao atendimento de suas necessidades energéticas.

Apesar de curta, “a gestão caracterizou-se por uma intensa atividade eminentemente objetiva e prática”. Não certamente pela materialização de obras, mas pela esquematização da política de planejamento indispensável à superação da carência de eletricidade no Estado.

Em síntese, as providências adotadas pela primeira diretoria foram desde à estruturação administrativa e funcional até à definição

de diretrizes para os programas energéticos de porte. Entre elas cabe mencionar:

— Coleta de dados estatísticos sobre a potência instalada e a demanda do mercado de energia elétrica, incluindo previsões futuras.

— Estudos hidrológicos nas bacias dos rios Capivari e Cachoeira, com vistas ao aproveitamento hidrelétrico na região da Serra do Mar, um dos acalentados sonhos dos técnicos paranaenses. Este mesmo projeto teve estudo técnico feito pela “International Engineering Company”, dos Estados Unidos, definido na época como o melhor aproveitamento do potencial hidrelétrico em sua área.

— Estudo técnico-econômico sobre a Usina Termelétrica de Figueira, que concluiu por sua inviabilidade.

— Estudo técnico-econômico sobre a participação do Paraná no Convênio com as Usinas Elétricas do Paranapanema (USELPA), de São Paulo, para construção da Usina do Salto Itararé.

— Gestões junto às autoridades federais para obter autorização de funcionamento da COPEL.

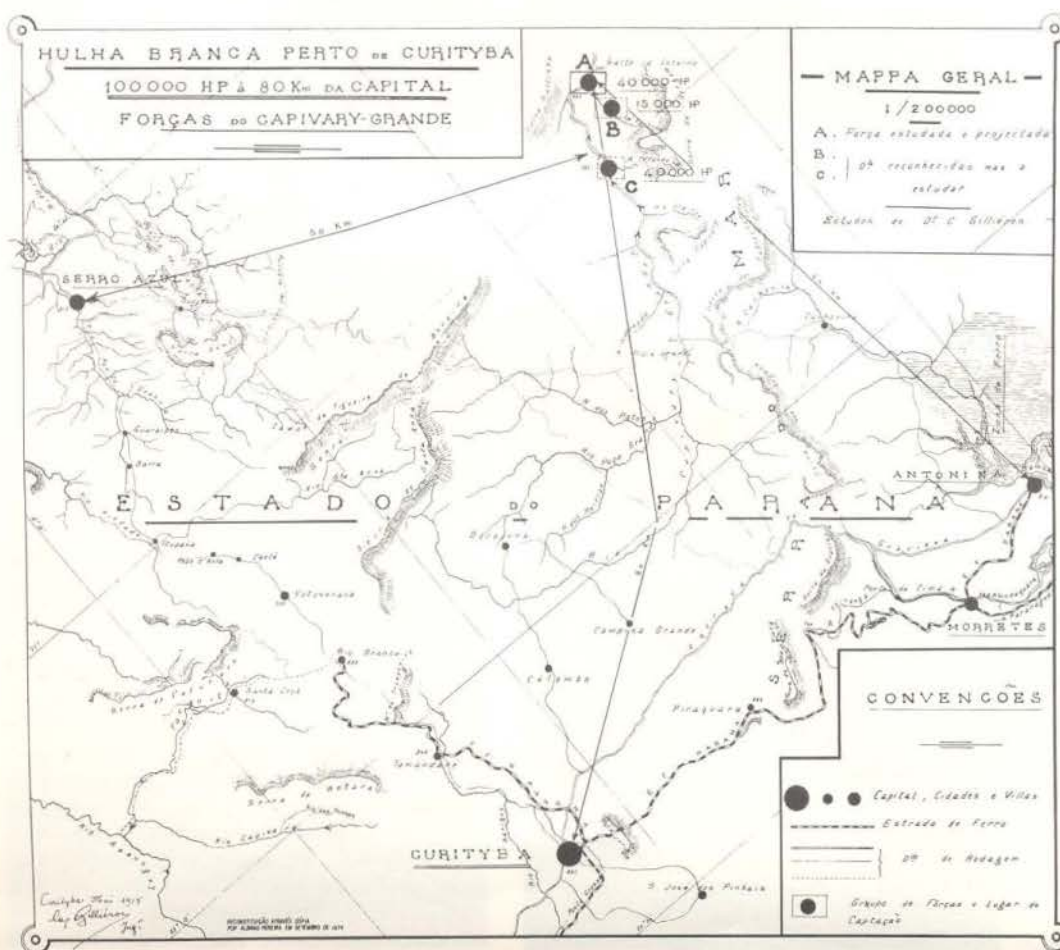
— Gestões junto à Secretaria da Fazenda a fim de assegurar o recolhimento regular da Taxa de Eletrificação diretamente ao Banco do Estado do Paraná, à conta da COPEL. Esta providência logo mereceu atendimento por parte do governador Oliveira Franco, que também decidiu determinar a absorção, pela COPEL, dos serviços a cargo do D.A.E.E., o que, entretanto, não ocorreu em toda a sua extensão.

— Elaboração de um programa de obras e investimentos para o setor, a ser executado com fundos estaduais e federais, com a inclusão da empresa paranaense nas emendas ao projeto de lei federal visando a destinação de verbas para obras de eletrificação no Paraná.

Para o Sr. Heraldo Vidal Correa, os planos elaborados na época seriam plenamente exequíveis “porque nós não estávamos sonhando; estávamos baseados em dados reais e com as projeções à procura de subsídios que permitissem fazer o projeto da Usina Capivari-Cachoeira”. Sua opinião é de que a COPEL, hoje, representa bem a medida do desenvolvimento do Paraná, como fruto de uma ação desencadeada no campo da energia elétrica há vinte anos.

O então Diretor Presidente, Themístocles Linhares, afirma que desde as primeiras iniciativas pensava-se em construir um sistema elétrico interligado, tal qual existe atualmente. Essa idéia tinha o respaldo do Diretor Técnico, Prof. Parigot de Souza, que anos mais tarde teria a oportunidade de executá-lo, na condição de Presidente da empresa.

Houve, contudo, retardamentos, porque, com a mudança do governo, em 1956, a primeira diretoria renunciou ao mandato, inaugurando-se então uma série de diretorias passageiras, que até o fim daquele período governamental não tiveram condições de prosseguir os planos delineados.




*Adir Santana, 00004.*

*Maria Fagundes, 00007.*


*Hoje os empregados da COPEL recebem todo o tipo de assistência através da Fundação COPEL, órgão que conta com cerca de 20 mil associados, entre empregados da Empresa e dependentes. Esta é a sua sede, na capital (R. Carlos de Carvalho, 828), onde estão os diversos setores administrativos, gabinetes odontológicos, alfaiates, assistentes sociais, etc.*

**A COPEL conta, hoje, com um quadro técnico e administrativo de cerca de 5.600 servidores, recrutados em diferentes especialidades, muitos deles treinados e aperfeiçoados na própria empresa. Distribuem-se através de cinco diretorias, com várias superintendências e departamentos, escritórios regionais, etc., cobrindo o Paraná inteiro.**

É claro que isso nem sempre foi assim. No início, seu pessoal se podia contar nos dedos.

No Departamento de Serviços Auxiliares da COPEL, um funcionário tem o privilégio de testemunhar o nascimento da empresa e acompanhar seu crescimento desde o princípio de suas atividades, como se observasse o crescimento dos próprios filhos. Seu nome: Adir Santana, 47 anos, admitido com o número de registro 00004, em 1º de julho de 1955 e que é, dentre os atuais, o mais antigo funcionário.

Seu ingresso na COPEL não se deu por acaso; teve a motivação natural da perspec-

tiva de melhores chances. Adir trabalhava no Colégio Estadual do Paraná, com o salário de Cr\$1.000,00 antigos. Veio o convite de seu amigo, Prof. Álvaro Junqueira para trabalhar na COPEL, onde iria ganhar Cr\$3.000,00 por mês. Não podia recusar.

No começo, quando a empresa funcionava na rua XV de Novembro, a situação era difícil. Além da diretoria e dos dois engenheiros contratados antes dele, Adir era o único auxiliar disponível. Fazia de tudo, desde abrir e fechar as dependências internas até o cafezinho.

Como verdadeira testemunha ocular da companhia, ele viveu maus e bons momentos. Dos primeiros, lembra-se da fase de dificuldades financeiras no período 1956/60, a exemplo de uma ocasião em que os envelopes com o pagamento dos funcionários tiveram de ser recolhidos, porque, à última hora, surgiu um título de cobrança que a empresa precisava saldar. Quanto aos bons momentos, estão marcados pelo convívio fraterno com os colegas e diretores. Uma de suas grandes emoções foi quando completou dez anos de serviço. Chamado à sala do Prof. Parigot de Souza, Adir ouviu dele o elogioso perfil que lhe foi traçado de funcionário devotado e exemplar.

Nas disputas de futebol promovidas pelo pessoal da empresa, o lugar de beque central sempre lhe estava reservado, pois era essa a posição que ocupava na Segunda Divisão, defendendo o Celeste Futebol Clube. Entre os atletas da época, destaca a figura do diretor Maurício Schulmann, "bom de bola e com o melhor preparo físico".

Nestes dezenove anos de atuação na empresa, Adir Santana galgou posições, a medida que ela crescia de importância.

"Gosto da COPEL, como gosto de meus filhos — diz ele — como se ela fosse extensão da minha própria família". A seu ver, uma das boas coisas que aconteceram na evolução da empresa foi a criação da Fundação COPEL, pela assistência que vem prestando aos funcionários e seus dependentes. Atribui ao ambiente de perfeita integração dos funcionários um dos fatores do sucesso da COPEL, nos dias atuais.

Também entre os funcionários mais antigos, já com 19 anos de serviço, está Maria Fagundes, contratada a 1º de agosto de 1956, cuja inscrição tem o número 00007. Admitida inicialmente como escriturária datilógrafa, com o passar do tempo exerceu outras atribuições até chegar à função de Secretária da Diretoria de Operações.

Maria Fagundes colaborava com seu colega Adir Santana na preparação do cafezinho, porque não havia mais ninguém que pudesse realizar essa tarefa.

Trazida da iniciativa privada para trabalhar na COPEL, ela hoje considera-se realizada profissionalmente, graças as oportunidades de aprendizado e aperfeiçoamento que encontrou na organização. Guarda recordações das homenagens que recebeu duas vezes, ao completar, respectivamente, dez e quinze anos de serviços e, sempre que pode, transmite a seus colegas mais novos a gratidão pelo reconhecimento interno ao seu devotamento.





Entre 1956 e 1960 várias usinas de pequeno porte prestaram relevantes serviços no abastecimento energético de 14 localidades. Elas já cumpriram o seu papel e muitas foram retiradas de operação, principalmente aquelas formadas por conjuntos geradores a óleo "diesel". Pequenas hidrelétricas ainda permanecem na condição de "reservas", isto é, funcionam em casos de emergência.

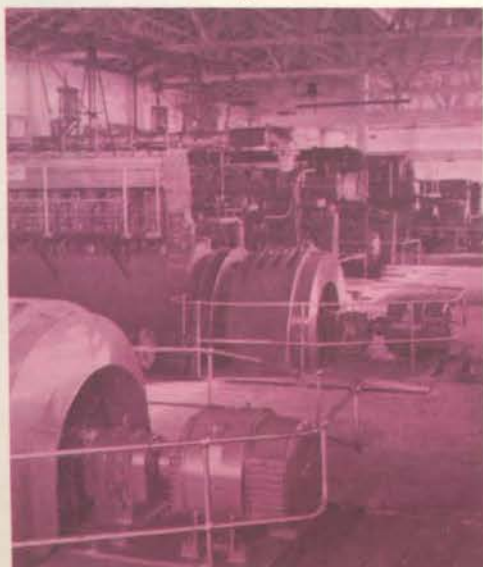
Dentre as usinas mais antigas, ressalta-se a Hidrelétrica Serra da Prata, construída no litoral paranaense, em 1910, por técnicos ingleses, com a finalidade de abastecer Paranaguá. Com potência de 510 kW, essa usina passou a ser operada pela COPEL em 1959 e deixou de funcionar em 1970. Só nesse período, produziu 14.014 MWh.

Além de marco histórico da energia elétrica no Paraná, a usina de Serra da Prata (localizada a 19 quilômetros de Paranaguá, perto da Estrada das Praias), experimentou diferentes fases administrativas. Pertenceu inicialmente à Companhia Melhoramentos Urbanos de Paranaguá, que a explorou até 1932. Depois, passou, sucessivamente, para a Companhia Melhoramentos Paulistas S/A (até 1938), Prefeitura de Paranaguá, Departamento de Águas e Energia Elétrica do Estado (que a encampou) e COPEL.

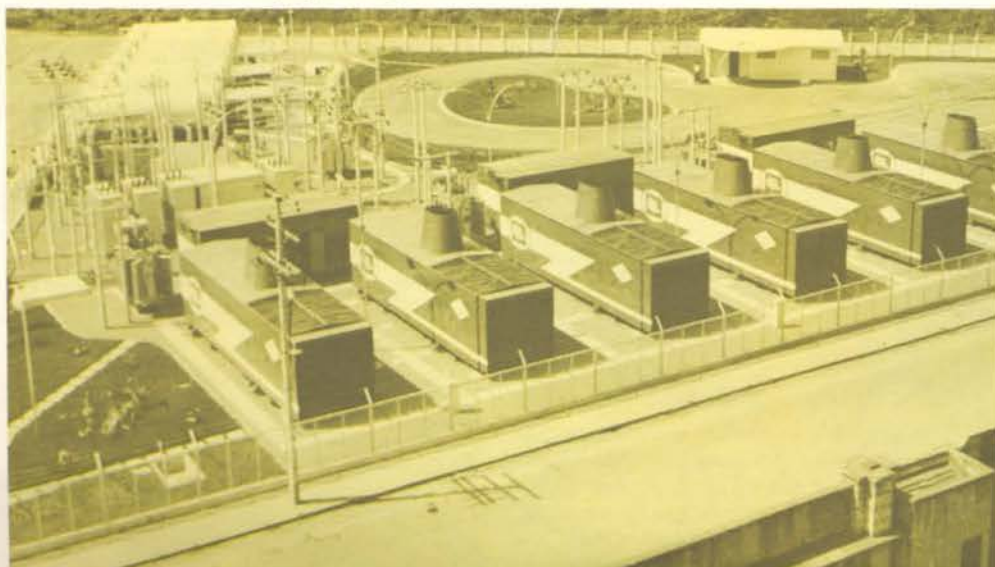
As demais usinas operadas pela COPEL e, posteriormente, substituídas pelo sistema elétrico estadual, são estas:

Emergência de Curitiba, com potência de 15.800 kW, funcionou de 63 a 70; Diesel de Paranaguá, 5.506 kW, operou de 60 a 1970; Maringá antiga, para 5.000 kW, funcionando no período de 1956 a 1969; São João, potência de 1.456 kW (período 56/68); Goio-Erê, 504 kW (de 65 a 67); São Mateus do Sul, 408 kW, apenas alguns meses no ano de 1966; Engenheiro Beltrami, 124 kW, (período 66/67); Rebouças, 96 kW, (durante 1966); Bocaiúva do Sul, 84 kW (de 66 a 68); Guajuvira, com 75 kW, funcionou de 65 a 67; Ortigueira, 60 kW (período de 66/69); Rio Azul, 60 kW, durante 1966; e Mandirituba, com 40 kW (período de 65/60). A potência total dessas usinas era de 29.723 kW.

Usina Diesel de Paranaguá.



Usina Diesel de Curitiba (Capanema).



Entre as usinas mais antigas do Paraná destaca-se a hidrelétrica da Serra da Prata, construída no litoral, em 1910. Com seus 510 quilowatts de potência, prestou relevantes serviços à região.

Em 1º de agosto de 1956, a COPEL começou a atuar na produção e distribuição de energia elétrica e algumas cidades do Norte paranaense, onde, até então, os serviços eram de responsabilidade do Departamento de Águas e Energia Elétrica—DAEE. A transferência de concessão incluía Maringá, Apucarana, Campo Mourão, Mandaguçu, Pirapó e Cambira.

Com velhos motores “diesel”, os serviços de abastecimento energético não podiam corresponder às exigências do acelerado desenvolvimento que se observava nessas localidades.

Maringá, com uma população em torno de 15 mil habitantes e cerca de 1.700 ligações, possuía, inicialmente, uma usina de quatro motores “diesel” de 360 kVA cada, instalados pelo DAEE, em 1954. Além de insuficientes, dois deles estavam com os mancais fundidos, e que impunha um severo racionamento de eletricidade. A usina funcionava das 7 às 11h30m e das 18 às 22 horas.

Em 1957, a COPEL adquiriu um motor de 525 kVA e, nos anos seguintes, outras unidades, até dar à usina “diesel” uma potência instalada de 5.000 kW.

A despeito das ampliações possibilitadas pelos motores adquiridos, o sistema de abastecimento continuava precário e, frequentemente, era foco de tensões sociais.



Eugênio Rosa

Eugênio Rosa, técnico especializado na montagem e manutenção da COPEL, é quem conhece bem os dramas vividos pela representação regional da empresa, em Maringá, nos primeiros anos de atividades naquela área. As passeatas de usuários se repetiam cada vez que faltava eletricidade. Numa dessas manifestações de desagrado, o próprio Eugênio Rosa foi envolvido e teve de seguir a multidão furiosa até os escritórios da empresa, ponto em que se concentrava a ira dos manifestantes.

A situação, antes da COPEL, era tão

precária que, ao assumir os serviços de Maringá, a companhia precisou enfrentar sérios problemas de consumo clandestino de energia elétrica, feito inclusive com extensões de arame de aço e arame farpado. Cerca de 30% do consumo energético não eram pagos por influências políticas e isso, naturalmente, refletia na situação financeira. Os serviços estavam em descrédito, a ponto de um dos fornecedores de óleo diesel ter cortado o suprimento. Através de gestões com outro fornecedor, o abastecimento de óleo foi restabelecido, mas, todos os dias, o primeiro dinheiro do caixa era destinado ao pagamento do combustível, sem o qual as usinas paravam.

De Maringá, Eugênio Rosa devia atender os defeitos e quebras de equipamentos nas usinas de localidades vizinhas, o que ocorria com demasiada frequência, principalmente aos domingos, feriados e dias de festas importantes. Não havia telefones, nem outro meio de comunicação rápida entre as cidades. Se ocorria um problema com a usina de Apucarana, por exemplo, o encarregado mandava um bilhete ao Eugênio, pelo primeiro veículo que demandasse Maringá. E, pela descrição sumária do defeito na usina (fumaceira, vazamento de óleo, etc.), o técnico dava o diagnóstico à distância, indo pessoalmente, ou mandando seus auxiliares consertarem a avaria.

Bastava um fraco temporal para o sistema elétrico entrar em pane. Os transformadores eram instalados em cima dos célebres “chiqueirinhos”, ou gaiolas de madeira, caracterizando verdadeiras improvisações que só podiam funcionar precariamente.

#### VULCÃO DE APUCARANA

Lembrando-se dos episódios pitorescos da época, Eugênio Rosa conta que, em Apucarana, a usina diesel tinha oito motores, distribuídos em dois grupos e de várias marcas. Todos deficientes. Mas, o motor “Hamilton”, de 1.000 kW, era uma parada, porque cuspiam fogo, óleo lubrificante e fumaça; era o “Vulcão de Apucarana”, no conceito do técnico.

Nos anos de 1956 e 1958 foram instalados mais dois motores de 1.000 kW cada, que contribuíam para o abastecimento energético das localidades de Mandaguçu, Pirapó e Cambira, através de linhas de conexão com Apucarana.

Em Campo Mourão havia duas turbinas, uma de 125 kVA e outra de 360 kVA, sendo que o gerador desta última ainda funciona na Usina de Ocof. Posteriormente, em 1960, foram instalados um motor diesel de 1.000 kW e uma turbina de 1.000 kW, também chamada Usina Piloto de Campo Mourão.

Os problemas de reposição de peças causavam os maiores transtornos, pois os motores “diesel”, além de obsoletos, não dispunham de componentes originais para troca. Para superar as dificuldades, muitas peças eram feitas na oficina do “Kurt”, em Maringá, mediante orientação do técnico Eugênio Rosa.

“A gente remendava tudo, senão a luz faltava e aí saíam as passeatas.”



Maringá, em 1954, recebeu do Departamento de Águas e Energia Elétrica (DAEE) esta usina dieselétrica com quatro motores. Funcionava das 7 às 11h30min e das 18 às 22 horas.



A primeira localidade a ser abastecida pela COPEL foi Maringá. Sua ligação deu-se em 1º de agosto de 1956. No mesmo dia foram ligadas também: Apucarana, Pirapó, Cambira e Campo Mourão.

Pirapó



Cambira



Antes que a COPEL começasse a atuar na produção e distribuição de energia elétrica, os serviços a cargo do governo estadual estavam confiados ao Departamento de Águas e Energia Elétrica—D.A.E.E., criado em 15 de outubro de 1948, com a transformação do Serviço de Energia Elétrica do Paraná, que começara a funcionar em agosto do ano anterior.

A criação do D.A.E.E., assinalou o início de grande movimentação na área da energia elétrica, quando foi elaborado o primeiro Plano Hidrelétrico do Estado. Ele previa três sistemas elétricos: o primeiro, no Sul, apoiado nas hidrelétricas de Capivari-Cachoeira e Salto Grande do Iguaçu; o segundo, no Norte, apoiado em Salto Grande do Parapanema, Capivari e Mourão, os dois interligados em Teixeira Soares; o terceiro, no Oeste, compreendendo provisoriamente apenas centros isolados.

Em 1952, o Plano foi reformulado, para ser cumprido em duas etapas: a primeira, a curto prazo, com recursos orçamentários do D.A.E.E., previa a conclusão de várias pequenas hidrelétricas. A segunda etapa, dependendo de financiamentos especiais, e previa a construção de centrais de maior porte, entre as quais: Capivari-Cachoeira e a termelétrica de Figueira.

Ao mesmo tempo em que iniciava obras da primeira parte do Plano, o D.A.E.E. passou a instalar motores e conjuntos diesel, de capacidade variável entre 70 a 154 kVA, em várias localidades, em caráter de emergência, para atender às justas aspirações das populações do interior, que já se expandiam em ritmo vertiginoso.

Como as obras maiores eram de construção demorada e exigiam volumosas somas de capital, essa foi a solução adotada na época. Nesse sentido, o D.A.E.E., realizou um meritório esforço pioneiro, garantindo o fornecimento de força e luz a várias dezenas de localidades, além de proporcionar assistência a numerosas prefeituras, que mantinham serviços próprios de eletricidade.

Em 1953, a Lei estadual nº 1.384, proporcionou novos recursos financeiros para o programa de energia elétrica, mediante a criação da Taxa de Eletrificação. Em seguida, em 1954, foi criada a COPEL, que deveria assumir, gradativamente, a responsabilidade pelos serviços antes a cargo do D.A.E.E., de prefeituras e de concessionárias particulares. O Departamento ainda continuou, no setor, por algum tempo, tendo construído as Usinas de Ocof, em Foz do Iguaçu, Cavernoso, em Laranjeiras do Sul e Melissa, em Cascavel. As usinas, Chopim I e Mourão I em Pato Branco e Campo Mourão, foram por ele iniciadas e, depois, concluídas pela COPEL.

A partir de 1965, com a transferência para a COPEL das usinas e cidades atendidas, o D.A.E.E., passou a melhor instrumentalizar-se para cuidar de objetivos de natureza básica, como o relativo aos estudos hidrológicos. Já em 1972, foi reestruturado sob a denominação de Administração dos Recursos Hídricos—ARH.



Usina Hidrelétrica de Ocof.



Usina Hidrelétrica de Cavernoso.



Chopim I foi a primeira usina hidrelétrica da COPEL. Sua potência é de 2.080 quilowatts. Usina Hidrelétrica Mourão I.



A história da energia elétrica no Paraná e das sucessivas etapas até atingir o estágio atual são contemporâneas do uso da mesma no país. Em ambos os casos, essa história não tem ainda um século de existência, porque as primeiras usinas elétricas do Brasil surgiram no ano de 1883, em Campos, no Rio de Janeiro, em Juiz de Fora e em Diamantina, Minas Gerais.

No Paraná, o primeiro esforço para eletri-

ficação ocorreu no dia 9 de setembro de 1890, quando o Presidente da Intendência Municipal de Curitiba, Dr. Vicente Machado, assinou o contrato com a Companhia Água e Luz do Estado de São Paulo, para iluminar a cidade com "uma força iluminativa de onze mil velas". O acendimento público desse sistema verificou-se dois anos depois, em 12 de outubro de 1892.

Ressalte-se que as primeiras iniciativas no

campo da eletrificação foram de caráter privado e assim perdurou durante várias décadas. Com o florescimento econômico do país, sob a liderança do café, grupos estrangeiros começaram a investir no setor energético. Por volta de 1901 a "São Paulo Tramway Light and Power Company" iniciou a exploração da Usina de Parnaíba, enquanto a "Rio de Janeiro Tramway Light and Power Company" operava em outra importante área urbana.

Com a I Grande Guerra, dificultando as importações por parte do Brasil, houve acentuada expansão industrial que, em consequência, estimulou inversões na produção de energia elétrica. A "American Foreign Power" é um exemplo de organização com investimentos americanos, que implantou dez empresas de eletricidade em capitais brasileiras, incluindo Curitiba.

Este aspecto de ausência do Poder Público na coordenação dos programas de energia elétrica, durante as primeiras décadas do seu advento, constituía um dos principais obstáculos para a ordenação do setor. O que havia eram sistemas isolados, a cargo de empresas privadas, que não podiam atender às peculiaridades do desenvolvimento paranaense.

Desde 1913, Curitiba vivia em crise permanente de energia elétrica, precariamente abastecida pela "South Brazilian".

Em 1928, o Governo do Paraná contratou com as Empresas Elétricas Brasileiras S/A a construção de usinas hidrelétricas para fornecimento de luz e força a Curitiba. Naquele mesmo ano, o contrato foi transferido à Companhia Força e Luz do Paraná.

Em 1940, havia a Usina de Chaminé, construída pela CFLP, com potência inicial de 11.000 kW. Os empreendimentos energéticos dessa época já tinham o respaldo do Código de Águas (instituído pelo Decreto Lei nº 24.463, de 10 de julho de 1934) e do Conselho Nacional de Águas e Energia Elétrica (Lei 1.285/39), que permitiam ao Poder Público o início de coordenação sobre o setor, até então vulnerável e quase inteiramente dependente da iniciativa privada.

Assim, com apoio no Plano Nacional de Eletrificação, que preconizava a intervenção do Estado na área de produção energética, foi criado, em 1947, o Serviço de Energia Elétrica do Paraná que, no ano seguinte, transformou-se em Departamento de Águas e Energia Elétrica.

#### SERVIÇOS ISOLADOS

Por volta de 1948, a potência instalada no Paraná totalizava 43.195 kW.

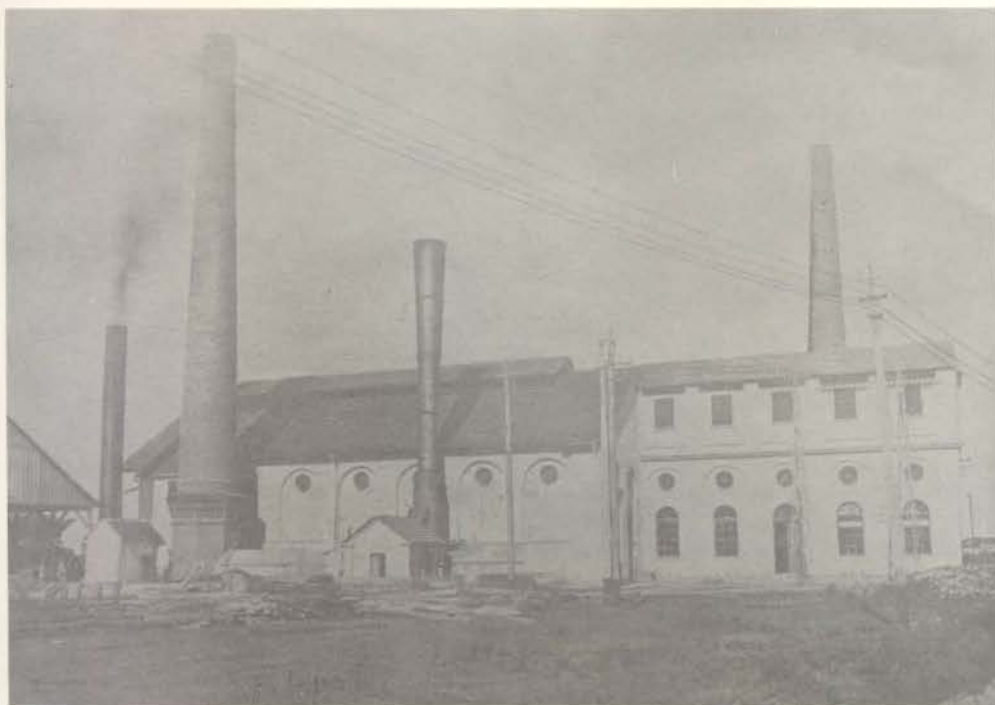
Fora da região de Curitiba, atendida pela CFLP, o Sul (Lapa, Rio Negro e Campo do Tenente) recebia energia da Empresa Sul Brasileira de Eletricidade e da Empresa de Eletricidade "Alexandre Schlemm" (União da Vitória e Porto União). Ponta Grossa, Castro e Pirajó do Sul eram abastecidas pela Prada de Eletricidade. A Companhia Hidrelétrica do Paranapanema atendia a 20 municípios do Norte Pioneiro. As cidades de Londrina, Arapongas, Cambé, Ibiporã, Rolândia e Jataizinho eram abastecidas pela Empresa Elétrica de Londrina.



*Em Juiz de Fora, Minas Gerais, foi implantada a primeira usina hidrelétrica da América do Sul.*



*1912: aspecto da Rua XV de Novembro, em Curitiba, atual Rua das Flores. À direita, dois eletricitistas efetuam reparos na Rede de Distribuição.*



Esta foi a primeira Usina Termelétrica de Curitiba. Para o seu funcionamento eram necessários 200 metros cúbicos de madeira, diariamente.



Usina Hidrelétrica de Chaminé.



Londrina



Na década de 30 já transitavam na Rua XV de Novembro, em Curitiba, alguns fordecos. Os nostálgicos bondes eram os principais meios de transporte e grandes consumidores de energia elétrica.



Ponta Grossa

A carência de energia elétrica não podia ser resolvida por essas empresas de eletricidade particulares, — as mais importantes com sede em São Paulo —, já que o seu âmbito de ação era estritamente local, não reunindo as vantagens das interligações.

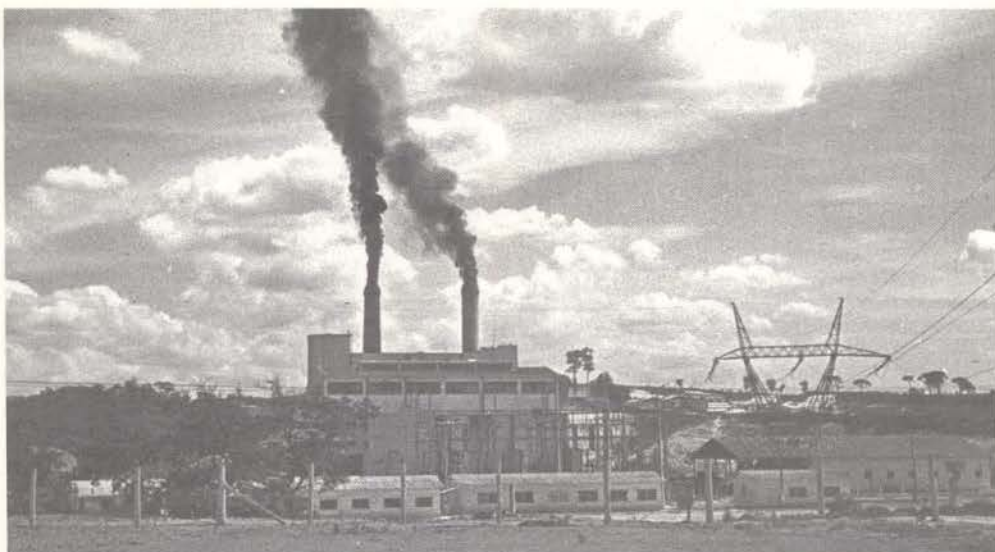
O primeiro Plano Hidrelétrico do Estado foi elaborado em 1948, com previsão dos sistemas elétricos do Sul, apoiado nas usinas de Capivari-Cachoeira e Salto Grande do Iguaçu, do Norte, abastecido pelas usinas de Salto Grande do rio Paranapanema,

Capivara e Mourão; e do Oeste, constando centros geradores isolados.

Posteriormente, em 1952, o referido plano transformou-se em outro, a ser cumprido em duas etapas: a primeira, a curto prazo, levaria à conclusão de pequenas hidrelétricas (Cavernoso, Caiacanga e Laranjinha), enquanto a segunda, dependente de financiamentos, previa a construção das centrais de Capivari-Cachoeira (105.000 kW), Tibagi (36.000 kW), Carvalhópolis (27.000 kW) e a termelétrica de Figueira (20.000 kW).



União da Vitória



*A termelétrica de Figueira é a única no gênero existente no Paraná. Em fins do ano passado, a COPEL iniciou sua ampliação de 20 mil para 30 mil quilowatts. Quando entrou em operação, em 1962, atenderia aos municípios de Castro, Pirai do Sul e Ponta Grossa. Atualmente está vinculada ao sistema elétrico estadual e é um dos seus principais componentes.*



*A usina de "Júlio de Mesquita Filho" entrou em operação no dia 29 de janeiro de 1970 e tem 44 mil quilowatts de potência.*

Em 1960, o potencial energético instalado no Paraná, para uso público, totalizava 163.000 kW. Desse montante, apenas 22.800 kW eram de responsabilidade do Governo do Estado, sendo que a participação da COPEL se restringia a 11.600 kW. Mais de 90% da energia então gerada pelo governo estadual provinha de motores "diesel", de alto custo de produção.

Embora tivesse passado por duas fases preliminares, referentes à constituição em 1954 e ao período que se estendeu até 1960, a COPEL começou a execução efetiva dos planos de obras a partir de 1961, inaugurando uma terceira fase de ação.

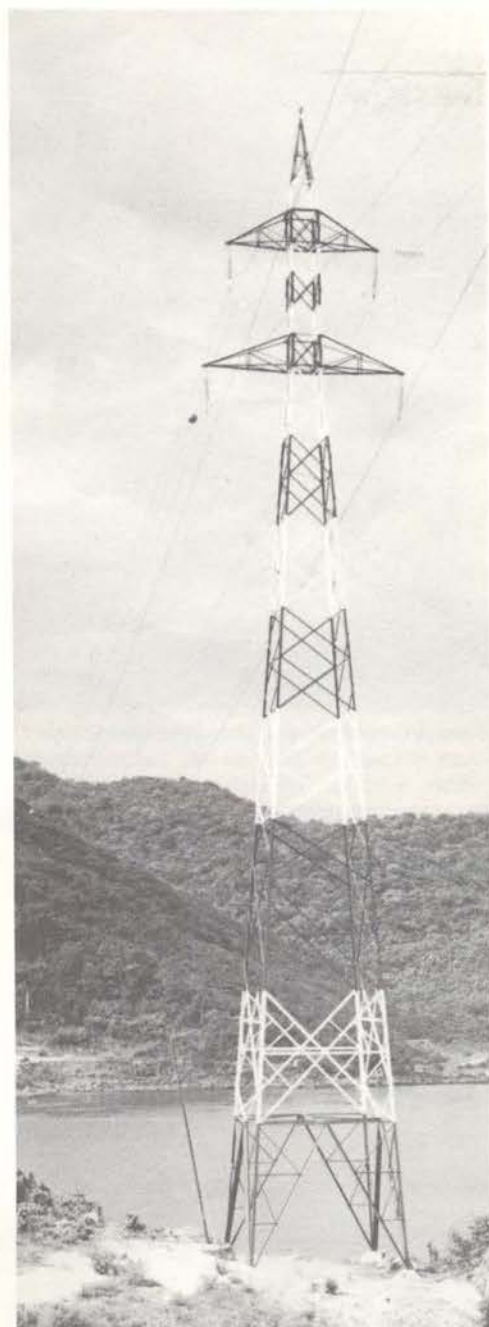
Vários fatores contribuíram para o desencadeamento dessa ação, sendo os principais a decidida política do Governo Ney Braga, que assegurou à COPEL os recursos da

Taxa de Eletrificação, que não vinha sendo liberada integralmente, e mais parte do Fundo de Desenvolvimento Econômico, administrado pela CODEPAR (hoje BADEP).

No plano federal, também, melhoraram as condições, incluindo a criação do Ministério das Minas e Energia, o funcionamento da ELETROBRÁS e a nova sistemática de cobrança do Imposto Único sobre Energia Elétrica que representaram pontos de partida para a ordenação de uma política racional e objetiva na área de energia elétrica.

Nessa terceira fase, a COPEL deu início ao programa de emergência, para atenuar a crise energética, e pôde lançar-se a empreendimentos de maior vulto, com vistas ao atendimento do mercado a prazos mais longos.

As diretrizes seguidas pela empresa permi-



*Travessia da baía de Guaratuba (interligação do Litoral).*

tiram-lhe não só materializar os objetivos de suprir satisfatoriamente a demanda de energia elétrica no Estado, contribuindo para o desenvolvimento paranaense, como, também, estruturar um sistema elétrico interligado que permite a diversificação de fontes abastecedoras, com maior confiabilidade para o suprimento às necessidades do mercado.

A Usina Termelétrica de Figueira (30.000 kW), construída pela UTELFSA, as hidrelétricas de Salto Grande do Iguçu (15.000kW), "Júlio de Mesquita Filho" (44.000 kW) e Capivari-Cachoeira (250.000 kW) constituem as principais unidades geradoras da COPEL e são responsáveis pela extraordinária evolução do panorama energético do Estado e da própria empresa.

Como resultado dos empreendimentos concluídos, o quadro atual da COPEL é bem diferente daquele de 1960.



*Hidrelétrica  
Governador Parigot de Souza,  
a mais importante unidade geradora  
da COPEL  
e a maior do Sul Brasileiro.  
Com a central de geração  
encravada na rocha, a aproximadamente  
800 metros abaixo do Rio Capivari  
e a 1.500 metros  
da encosta da Serra do Mar,  
é a segunda no gênero existente  
no País (a primeira está em Cubatão).*



*Concepção artística do projeto que resultará na  
usina termelétrica "Figueira II". Assim como a outra usina  
de Figueira, esta aproveitará o carvão mineral extraído  
das jazidas do município de Curiúva.*



*A Usina de Foz do Areia é a mais recente concessão  
do Governo Federal à COPEL.  
Os trabalhos preliminares  
já foram iniciados.*

O Capital Social elevou-se de Cr\$ 1.400 mil para Cr\$ 1.300.000.000,00, em 1974, conferindo à concessionária de energia elétrica a posição de primeira empresa do Paraná e uma das maiores entre as suas congêneres estaduais.

O número de localidades atendidas diretamente cresceu de 14 para 610, traduzindo os efeitos da extensa rede de transmissão de 12 mil quilômetros que cobre todas as regiões do Estado.

Em termos de ligações, estas foram de 17.055 para 550.000, incluindo as áreas de Curitiba, Ponta Grossa, Londrina e União da Vitória, cujos serviços de distribuição foram absorvidos pela COPEL. Foi expressivo igualmente o crescimento das ligações industriais, de 98 para 10.000 como consequência da satisfatória oferta de eletricidade.

Com a entrada em operação da Usina Governador Parigot de Souza (ex-Capivari-Cachoeira), a potência instalada da COPEL totaliza 425.600 kW. A produção de energia do sistema registrou 2.143.550.018 kWh durante o ano de 1973 e nos nove meses deste ano já chega a 1.950.794.000 kWh, devendo superar em 21% o índice do ano anterior.

Ressalte-se, em parte como decorrência da adequada oferta de energia elétrica, a expansão acelerada dos distritos industriais que se instalam nos principais polos econômicos do Estado, aos quais a COPEL está oferecendo todas as facilidades para o suprimento energético, mediante a implantação de anéis elétricos.

Hoje, a COPEL está presente em todos os municípios do Paraná, levando eletricidade para o conforto das populações e

intensificação das atividades produtivas, contribuindo para o processo de diversificação e desenvolvimento da economia estadual.

E, enquanto amplia a distribuição, a empresa já cuida do programa para construir novas usinas, necessárias ao abastecimento no futuro. A próxima hidrelétrica será a de Foz do Areia, com mais de 2 milhões de kW, cuja concessão foi dada pelo Governo Federal, a qual deverá ser uma das mais importantes obras do próximo governo do Sr. Jayme Canet Junior.

Está prevista a construção de uma nova Usina em Figueira, com potência ainda não definida referente à qual o Governador Emílio Gomes encaminhou Relatório Preliminar ao Ministro das Minas e Energia.

Ao completar vinte anos de existência, a COPEL se apresenta como a primeira empresa do Paraná e uma das maiores do País, no setor de energia elétrica, entre suas congêneres estaduais.

Sua contribuição ao desenvolvimento paranaense pode ser aquilatado pela correlação entre o crescimento do consumo de energia elétrica e a taxa de crescimento da Renda Interna do Paraná, em particular,

**TRÊS TEMPOS,  
TRÊS HIDRELÉTRICAS:  
GOV. PARIGOT DE SOUZA,  
SALTO OSÓRIO  
E FOZ DO AREIA.**

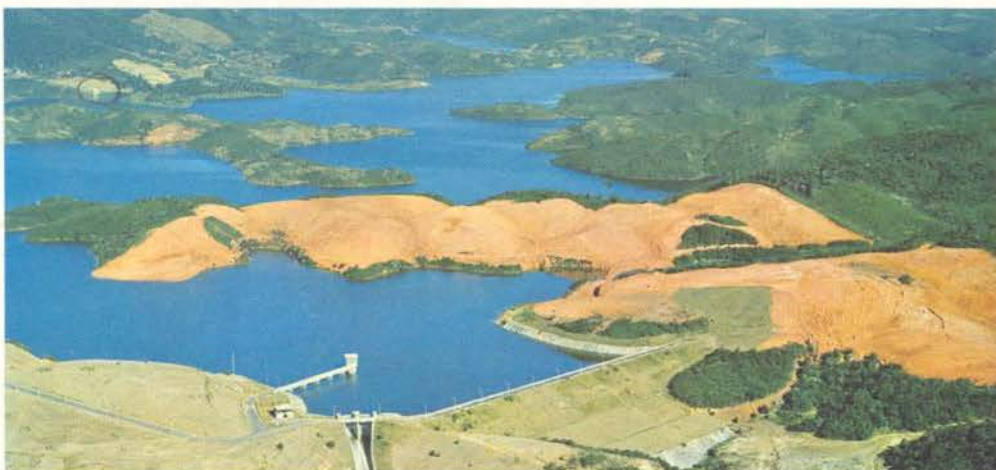
*Constituindo-se em atrativo turístico, o reservatório da usina Gov. Parigot de Souza forma um lago de 150 milhões de metros cúbicos, às margens da BR-116, a 50 km de Curitiba.*

da Renda da Indústria, que vem acusando grande incremento nos últimos anos.

Além disso, todos os centros urbanos de grande e médio porte, e um grande número até de pequeno porte, estão incorporados, direta e indiretamente, ao sistema elétrico da COPEL, que beneficia assim todas as regiões do Estado — graças à implantação do anel de transmissão que o circunda —, assegurando a melhoria dos padrões sócio-econômicos da população, com a correspondente expansão de uma nova faixa de

mercado ao consumo de bens e serviços, antes restritos à reduzidas camadas sociais.

Por essa forma, a COPEL está hoje presente em todas as comunidades paranaenses, concorrendo para emprestar maior dinamismo à economia estadual, principalmente no processo de sua diversificação estrutural. Está consciente, contudo, de que tem pela frente um vasto e árduo caminho a percorrer, encarando, por isso, com humildade e responsabilidade o futuro que diante de si se descortina.



*Por delegação da ELETROSUL, a COPEL constrói a hidrelétrica de Salto Osório, situada no sudoeste do Estado. Em sua última etapa, irá produzir 1.050 MW.*



*Concepção artística da Usina Hidrelétrica de Foz do Areia. Com 2.250 MW, será a 6ª central de força do mundo.*